

Editorial: Por que a Libertação ainda é Nossa “bússola”?

Ao resgatarmos o manifesto "Definições", escrito sob a urgência das lutas latino-americanas de décadas passadas, trazido na publicação impressa da revista em 1989, poderíamos cair no erro de lê-lo como um documento de arquivo. No entanto, o que vemos é o oposto: as palavras do Centro de Estudos de Filosofia Latino-Americana (CEFLA) ecoam hoje com uma precisão quase profética.

Retomar a revista Libertação-Liberación não é um exercício de nostalgia, mas um ato de sobrevivência intelectual e política.

O texto original nos falava de uma "questão teórico-prática" que perpassava o continente. Hoje, essa ferida permanece aberta, mas com novas camadas de complexidade. Se outrora a libertação se opunha a regimes ditatoriais clássicos, hoje ela se torna um antídoto contra o neoliberalismo imperante, que transformou a vida em mercadoria e as pessoas em indivíduos, isoladas, "empresárias de si mesmas", exauridas, doentes, cansadas....

A recente experiência global da pandemia do coronavírus não foi apenas uma crise sanitária; foi um divisor de águas existencial. Ela desnudou a fragilidade de nossa civilização e escancarou a desigualdade: enquanto alguns se protegiam, outros eram forçados a escolher entre o vírus e a fome. O "pensamento libertador" torna-se, agora, uma ferramenta fundamental para curar as cicatrizes de um tempo que nos roubou o luto, o abraço e o sentido de comunidade.

Assistimos, com perplexidade, ao avanço global de forças de extrema-direita que se alimentam do medo e do ressentimento. Esses movimentos tentam sequestrar o conceito de "liberdade" para justificar o ódio e a exclusão. Diante disso, a "crítica que gera o aprofundamento reflexivo" citada em nosso texto fundador é uma de nossas principais tarefas. É preciso reafirmar que toda libertação possível é comunitária, pluridisciplinar, ética, política, econômica, estética...decolonial, feminista, antirracista, pluriétnica...contra qualquer opressão, exclusão, domínio possíveis...

Fiel ao seu núcleo filosófico, a retomada de Libertação-Liberación mantém suas páginas abertas à Teologia, Sociologia, Economia e a todas as humanidades. Como dizia o texto das "Definições", impresso na primeira revista, buscamos uma interdisciplinaridade que não seja apenas teórica, mas que alcance a "consistência exigida pelo compromisso-responsabilidade".

Nesta nova etapa, convidamos você a não apenas ler, mas a participar deste debate. A América Latina continua sendo o laboratório de uma nova esperança global e interplanetária. Que este espaço continue sendo a voz de quem se recusa a aceitar o mundo como ele nos é imposto.

Estes primeiros volumes de lançamento digital da revista impressa visa facilitar acesso às pesquisas, garantir maior grau de cientificidade quanto ao formato e indexação, mas acima de tudo, a continuidade da revista libertação-liberación com novos volumes periódicos sobre temas atuais.

Buscamos manter o caráter dos textos respeitando sua época, não adequando linguagem de gênero, reforma gramatical etc. Bem como os números de páginas não coincidirão às publicações impressas e os textos foram formatados para garantir maior fluidez na leitura e pesquisa.

A libertação não é um destino final; é o próprio caminho que decidimos trilhar. Esperamos contribuir com a retomada da história e especialmente com o futuro da filosofia da libertação em particular e do pensamento de libertação em geral.

Hoje, em 2026, a retomada destes textos revela que a "Segunda Emancipação" proposta pelos autores não é um evento concluído, mas um processo de resistência contra as estruturas de opressão que se tornaram mais sofisticadas.

O volume inicia-se com a Carta de Gramado, fruto do 3º Encontro Nacional de Filosofia ocorrido em setembro de 1988. Este documento estabelece que a filosofia deve ser "comprometida" com a realidade social e política. Ao elencar questões como a exploração do Terceiro Mundo, justiça social e ecologia, a Carta antecipa em décadas o debate sobre o colapso ambiental e a desigualdade extrema que enfrentamos em 2026. Ela serve de base ética para todos os artigos seguintes, transformando a filosofia em um fórum de debates articulado com movimentos sociais.

Enrique Dussel (UNAM, México) mapeia as fases do pensamento crítico, desde a resistência ameríndia até a crise do desenvolvimentismo. Para Dussel, a filosofia é um "ato segundo"; a práxis é o primeiro. Em 2026, seu apelo para pensar a "sobre-exploração do trabalho vivo" conecta-se diretamente à crítica de Sírío Lopez Velasco. A importância da filosofia de Dussel é ímpar e sempre nos lembra a exigência de que a filosofia latino-americana não seja "imitativa", mas parta da consciência da alienação para construir libertação.

O cubano Guadarrama (Universidad Central de Las Villas) desafia o universalismo abstrato que ignora a realidade local. Ele identifica uma tendência "hermenêutica ou exegética" que serve como refúgio para intelectuais durante anos de repressão, evitando a realidade concreta. Sua tese fundamental — "conhecer para transformar" — é o fio condutor que une o rigor técnico de Velasco à preocupação teológica de Colombo. Hoje, 2026, essa máxima parece ser um antídoto contra a pós-verdade e a paralisia política dos movimentos de libertação.

Zimmermann (Passo Fundo, Brasil) questiona se a América Latina pode aparecer na "vitrine" dos pensadores internacionais. Ele argumenta que, enquanto o centro produz uma "Razão Ornamental" para nós, já que a exportação pura e simples de suas ideias não tem efetividade em nosso solo, nossa filosofia deve ser um "grito de libertação" da fome e da dependência. Sua análise sobre a "má consciência" da filósofa, do filósofo, ressoa hoje, em 2026, quando a academia muitas vezes silencia diante de novas injustiças em troca de prestígio institucional.

Sírio Lopez Velasco (CEFLA, Porto Alegre) traz uma densa contribuição ao realizar um "embate fraterno" com Dussel. Ele utiliza o rigor da crítica da economia política para apontar erros na aplicação dusseliana do conceito de valor em Marx. Velasco defende que a dependência não reside em um "roubo" simples de mais-valia, mas na estrutura da concorrência capitalista mundial que torna os países periféricos "retardatários" no sistema mundial. Essa conexão técnica é vital em 2026 para compreendermos como a dependência tecnológica e o domínio do capital financeiro operam sobre a soberania nacional.

Hugo Assmann (UNIMEP, Piracicaba) alerta para o avanço da filosofia analítica, que muitas vezes mascara a "tecnocratização do saber". Critica a pretensa neutralidade científica e a "razão instrumental" que ignora os pressupostos éticos e políticos. Assmann conecta-se a Guadarrama ao denunciar o "estéril academicismo". Em 2026, sua advertência é profética: vivemos sob a ditadura dos algoritmos, onde o "pensamento calculante" tenta substituir a reflexão sobre o sentido da vida humana.

Colombo (PUCRS, Porto Alegre) situa a Teologia da Libertação (TdL) como uma resposta à "violência institucionalizada" e ao "holocausto latino-americano". Ele mostra como a fé deve ser integrada na práxis libertadora, servindo como uma reflexão crítica sobre a opressão. Colombo estabelece o fundamento moral para o "deus-possível" de Fragomeno, unindo a interpretação bíblica à análise sociológica da dependência.

Fragomeno (UBA, Argentina) explora a ambiguidade da religião: ela pode ser "opio" ou "asesina", mas também uma energia real de mudança. Dialogando com Kierkegaard e Nietzsche, ele propõe uma "religación" que humanize deus e divinize o homem na busca pela utopia concreta. Em 2026, essa visão é essencial para combater fundamentalismos que utilizam a fé para legitimar a exclusão social.

Puchet (Montevideo, Uruguai) a partir de uma vigilância crítica necessária, alerta contra possíveis traços de autoritarismo e messianismo no discurso libertador, insistindo que o "povo" deve ser visto como "criaturas autónomas e livres". Sua crítica à desvinculação entre ética e moral em Dussel garante que a busca pela libertação em 2026 não se perca em novos dogmatismos, mantendo sempre viva a luz da argumentação racional e do diálogo.

Por fim, Gómez (California State University, Los Angeles) encerra o volume respondendo a Richard Rorty, defendendo que a crise do cientismo abre espaço para filosofias originais. Ele reafirma que a filosofia de libertação é, por definição, política, pois parte do ponto de vista do oprimido.

A importância da retomada destes temas hoje reside na constatação de que as estruturas de domínio descritas em 1989 não desapareceram; elas se transmutaram. A revista Libertação/Liberación não é um artefato do passado, mas uma bússola que nos ajuda a nos localizar no presente e vislumbrar possíveis futuros. O diálogo entre estes oito capítulos oferece algumas ferramentas para que, em 2026, possamos continuar a tarefa inconclusa de pensar e agir em prol da dignidade humana e construir caminhos de libertação.

Sim, é preciso notar a injustificável falta de mulheres já neste primeiro volume, apesar de tantas mulheres que assinaram a carte de gramado. Sim, alguns temas que já afloravam no período podiam estar presentes....Ouvi recentemente, em um evento dos zapatistas: "...falta o que falta...". As faltas não são justificáveis. Mas, falta o que falta. Temos o que temos. E esforcemo-nos em nossas comunidades, estrategicamente construir caminhos de libertação que reconheça e tente suprir nossas faltas e que valorize e avance com o que temos.

Um abraço.

Hugo Allan Matos

(Instituto de Filosofia da Libertação-IFIL)